

Teoria as Representações Sociais: uma ferramenta para a análise de exposições museológicas

Aida Rechená

Resumo

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é uma das principais correntes teóricas da Psicologia Social e tem como objecto de estudo a interacção entre o indivíduo e a sociedade na construção da realidade.

Partindo do entendimento dos museus como lugares de representação e onde acontece a interacção entre o indivíduo/sociedade com essa parte da realidade que é o património cultural, pretendemos demonstrar a validade da TRS como instrumento ou ferramenta de análise das imagens da Mulher reflectidas em exposições museológicas dos actuais museus portugueses.

Abstract

Social Representation Theory is one of the main theories in the field of study of Social Psychology. It studies the interaction between the individual and society in the construction of reality.

Considering museums as places of representation, where this interaction occurs between the individual and that part of reality constituted by cultural heritage, we will demonstrate in this article

the validity of the Social Representation Theory as an analytic instrument of the images of women shown in museological exhibitions.

Introdução

Ao pretender analisar, sob a óptica do Género, as imagens da Mulher transmitidas nas exposições de actuais museus portugueses, levanta-se a questão da elaboração de uma grelha de análise bem como da sua validade em termos científicos. Como analisar a(s) imagem(ns) das mulheres que os museus portugueses estão a transmitir aos públicos na actualidade? Como abordar essas imagens de mulheres que na sua grande maioria foram produzidas por artistas de séculos anteriores, como é o caso das pinturas e esculturas que povoam as nossas exposições, sendo por isso resultantes de culturas, quadros de pensamento e organizações sociais distintas das actuais? Como conciliar numa única análise as imagens da mulher produzidas em diversas épocas (antigas e contemporâneas) apresentadas em espaço museológico com as actuais representações sociais da mulher? São questões que necessitam o desenvolvimento e/ou a apropriação de ferramentas de análise para o campo da Museologia.

Optou-se por uma aproximação à Teoria das Representações Sociais (TRS) persuadidos de que contém em si uma riqueza conceptual e uma flexibilidade operatória e metodológica que permitirão a sua aplicação aos estudos no âmbito da museologia.

Considera-se neste artigo que ao aplicar a TRS à análise museológica é possível considerar que as imagens de mulheres, apresentadas em exposições de museus actuais, são entendidas e decodificadas como representações sociais da Mulher, elaboradas na contemporaneidade e não correspondem às imagens sociais/culturais (representações) da mulher na época em que as

obras de arte foram produzidas. Pretende-se demonstrar a validade e a contribuição da Teoria das Representações Sociais como ferramenta de análise das exposições museológicas, dando como exemplo a sua aplicação ao estudo das imagens da Mulher em contexto museológico.

A metodologia utilizada é a análise bibliográfica no que respeita à elaboração do Estado da Arte sobre as Representações Sociais, focando a atenção no autor e investigador que desenvolveu pela primeira vez o conceito e a teoria, Serge Moscovici. Para um aprofundamento do conceito de representação social e da teoria das representações sociais recorre-se às contribuições de Denise Jodelet e de Angela Arruda para introduzir as perspectivas mais recentes sobre a temática.

Através da desmontagem dos elementos constitutivos das definições destes autores, são encontrados os pontos de contacto com a museologia, tratando-se ainda de um exercício teórico, a comprovar através da experimentação em fases posteriores da investigação. Os três autores referenciados abordam, contudo, a mesma e única teoria, motivo pelo qual, no desenvolvimento deste trabalho, aparecem frequentes interligações entre as ideias de uns e outros.

Constatada a apropriação da Teoria das Representações Sociais pelas diversas ciências sociais como uma ferramenta de estudo, estabelece-se a ponte entre esta Teoria e a Museologia. Ainda em termos metodológicos, faz-se um exercício de aplicação da TRS a uma exposição museológica, abrindo o caminho para o estudo específico das exposições sob o ponto de vista do Género, mais concretamente da imagem das mulheres em exposições museológicas.

O artigo inicia-se com a apresentação das definições de Representação Social dos autores: Serge Moscovici, Denise Jodelet e Angela Arruda - seguida de uma apresentação sobre o

estado actual do desenvolvimento da TRS e da sua ligação às ciências humanas e sociais. Discute-se também a noção das instituições museais entendidas como espaço de representação e estabelecem-se as propostas de relação entre a Museologia e a TRS em quatro domínios. Segue-se um exercício de aplicação da TRS à análise da imagem da mulher em exposições museológicas da actualidade.

1. As referências teóricas das Representações Sociais

As grandes referências teóricas das Representações Sociais encontram-se na área da psicologia social nos trabalhos de Serge Moscovici criador da Teoria das Representações Sociais e que vem continuamente a desenvolver o seu trabalho desde os anos sessenta do século XX.

Se o conceito de representação social nasce na sociologia de Émile Durkheim (1858-1917) com a noção de representação colectiva e na antropologia de Lévi-Bruhl (1857-1939) com o estudo das crenças colectivas não racionais primitivas, cabe contudo à psicologia social desenvolver a teoria da representação social e dos fenómenos associados. Passado o ímpeto inicial da sociologia e da antropologia, é na história que o conceito de representação tem o seu maior desenvolvimento, com a procura das estruturas mentais entendidas, na óptica de Philippe Ariès (1990), como o conjunto dos traços coerentes e rigorosos de uma totalidade psíquica que se impõe às sociedades de uma época sem que tenham disso consciência. A Escola dos Annales de Lucien Febvre (1878-1956), Marc Bloch (1886-1944), Fernand Braudel (1902-1985), Georges Duby (1919-1996), Philippe Ariès(1914-1984) e Jacques Le Goff (1924-), abre novos campos de investigação para a história, como os estudos sobre a demografia, a família, a sexualidade, a morte, a sociabilidade, os grupos etários, a criminalidade, a alimentação, a doença, as

mulheres e as crianças - ou seja, todo um conjunto de novos objectos socialmente construídos - que hoje nos parecem óbvios mas que só entram para a investigação histórica na segunda metade do século XX.

Freud (1856-1939) na psicanálise e Jean Piaget (1896-1980) nos seus estudos sobre o conhecimento cognitivo, dão atenção às representações e também a antropologia traz novo contributo ao trabalhar com mitos, superstições e crenças. Cabe à antropologia demonstrar que uma representação se situa sempre no ponto de encontro do individual com o social (François Laplantine:1989) e no ponto de encontro entre três domínios de investigação: o campo do conhecimento, o campo do valor e o campo da acção.

A inovação do trabalho de Serge Moscovici está na definição do conceito de representação social inserido numa teorização coerente e na definição de um método de carácter psicossociológico (Mannoni:2008), destacando-se o estudo da relação entre o sujeito individual e a sociedade; está também na reabilitação do denominado conhecimento do senso comum enquanto forma do sujeito se apropriar da realidade social e na demonstração de que este tipo de conhecimento é tão válido quanto o científico, e ainda do papel das representações no processo de comunicação.

O seu trabalho demonstra que as representações sociais têm a capacidade para transformar o conhecimento científico em conhecimento do senso comum. Vai ainda mais longe e considera que as representações sociais enquanto conhecimento do senso comum socialmente elaborado e partilhado estão na base da comunicação entre os elementos do grupo: sem representações sociais não há comunicação. É também Moscovici quem estabelece os mecanismos subjacentes à constituição das representações sociais (a ancoragem e a objectivação), e define as funções das representações.

O trabalho de Moscovici tem na psicóloga Denise Jodelet a grande continuadora que, a partir do estudo das representações sociais de um grupo de doentes mentais inseridos numa comunidade rural, conclui sobre a forma de construção das representações sociais e de como estas se propagam. Longe de estar confinada a estes dois autores, a Teoria das Representações Sociais é objecto de uma literatura extensa (ver Jodelet:1989) e também objecto de críticas, de análises e de desenvolvimentos, nomeadamente por teóricos do estudo dos processos cognitivos e da categorização social (Doise:1994; Abric:1994).

A solidez e coerência da Teoria das Representações Sociais e o seu enfoque nas relações do sujeito com o meio social fazem com que a mesma seja adoptada pelas diversas ciências sociais e humanas, embora surgindo com definições e terminologia diferentes, até se posicionar nos nossos dias no centro de um debate transdisciplinar.

Em profundo contraste com as outras ciências sociais e humanas, a relação entre a Teoria das Representações Sociais e a Museologia caracteriza-se por um vazio e pretende-se com este artigo estabelecer as primeiras pontes entre ambas e demonstrar como a primeira pode ser uma ferramenta útil para a segunda.

2. Para uma compreensão da Teoria das Representações Sociais

Apesar de ser comum definir os museus como espaços de representação raramente se perde tempo a pensar no significado desta afirmação. Como em muitas outras situações, a banalização e generalização de um termo acabam por afastá-lo do seu significado. O que

se pretende então dizer por “representação”? Ao consultar o dicionário da Língua Portuguesa vê-se que representação vem definida como:

“acto ou efeito de representar; exposição; exibição em cena; ostentação inerente a um cargo; espectáculo teatral; imagem; desenho ou pintura que representa facto, pessoa, objecto; figuração; reprodução; cópia; imagem mental de percepção interior; récita; reclamação feita em termos justos e persuasivos; importância; autoridade; figuração mental; desenho ou escultura; negócio jurídico realizado pelo representante em nome do representado, nos limites dos poderes que lhes competem, que produz os efeitos na esfera jurídica deste último.” (Dicionários Porto Editora; s/data, 6.ª edição, p. 1434).

Também o significado da forma verbal “representar” ajuda a clarificar o termo representação: “*tornar presente; patentear; revelar; reproduzir a imagem de; expor por escrito ou verbalmente; significar; simbolizar; ser procurador ou agente de; pôr em cena; fazer o papel de; apresentar-se ao espírito; imaginar-se.*” (Dicionários Porto Editora; s/data, 6.ª edição, p. 1434).

Torna-se evidente que “representar” ou uma “representação” implica a acção de mostrar ou tornar claro algo que não está presente, seja por palavras faladas ou escritas, por acções, por imagens, seja mentalmente ou simbolicamente.

As representações são objecto de estudo, em primeiro lugar, na Sociologia com o trabalho de Durkheim que desenvolve o conceito de Representações Colectivas e para quem elas são um produto social e comum aos elementos de uma comunidade.

Serge Moscovici que inicia o seu trabalho sobre representações sociais em 1961¹ e ainda hoje continua a reflectir sobre essa definição, coloca a tónica no sujeito, no aspecto da construção do saber e no

¹ Ver a obra de Moscovici, Serge. (1976). *La psychanalyse, son image et son publique*; Paris: PUF.

processo de comunicação. Moscovici trabalha originalmente a partir do estudo da apreensão e do entendimento da psicanálise em França e apresenta as representações sociais, numa das suas definições mais recentes, como²

“Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social” (Moscovici, 2004:21).

Denise Jodelet³ aprofunda a investigação e a teoria de Moscovici ao estudar as representações sociais da loucura,⁴ afirma que uma representação torna presente um objecto quando ele está ausente, sendo o representante mental do objecto que ela restitui simbolicamente. Pertence à mesma investigadora a definição de representação social mais consensual e aceite no meio científico:

“une forme de connaissance socialement élaborée et partagée, ayant une visée pratique et concourant à la construction d’une réalité commune à un ensemble social... La représentation sociale est toujours représentation de quelque chose (l’objet) et de quelqu’un (le sujet). Les caractéristiques du sujet et de l’objet auront une incidence sur ce qu’elle est”. (Jodelet, 1994: 36-37 e 43).⁵

² Os sublinhados utilizados nas citações são nossos.

³ Investigadora da Escola des Hautes Études em Paris e continuadora do trabalho de Moscovici.

⁴ Ver a obra de Jodelet, Denise. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.

⁵ Tradução livre: “forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado,

A definição de Jodelet define claramente os limites das representações sociais: um sujeito (ou sujeitos) portador da representação, um objecto que é representado e um contexto de um grupo social, no qual a representação adquire significado. Esta tríade é designada por Bauer e Gaskell (1999) como o “toblerone” das representações sociais, que assumem desta forma uma estrutura matricial ternária: são representações de sujeitos, representações de objectos e representações de contexto ou projecto. Neste percurso para a compreensão da TRS introduz-se a definição de Angela Arruda⁶ que relaciona as representações sociais com o mundo do simbólico coletivo (2002:142):

“Em resumo, ao ser produção simbólica destinada a compreender e balizar o mundo, ela provém de um sujeito activo e criativo, tem um carácter cognitivo e autónomo e configura a construção social da realidade. A acção e a comunicação são seu berço e chão: delas provém e a elas retorna a representação social”.

A partir destas definições depreende-se que as representações sociais são um sistema complexo que se desenvolve nas dimensões cognitiva, afectiva e social. Cognitiva porque diz respeito à construção de saberes sociais; afectiva por trazer implícito o carácter simbólico e imaginativo desses saberes sociais; e social porque tanto a cognição como os afectos têm por base a realidade social e todas as formas de interacção social entre os indivíduos.

As representações sociais como fenómeno construtor de

com um objectivo prático e concorrendo para a construção duma realidade comum a um conjunto social... A representação social é sempre representação de alguma coisa (o objecto) e de alguém (o sujeito). As características do sujeito e do objecto terão uma incidência sobre aquilo que ela é”.

⁶ Psicóloga brasileira da Universidade Federal do Rio de Janeiro

saberes sociais e forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, visam estabelecer uma ordem, relacionando-se com a apreensão, a descodificação e categorização da realidade; convencionalizam os objectos, pessoas e acontecimentos, dão-lhes uma forma definitiva e localizam-nas em determinada categoria e gradualmente colocam-nas como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Mas as representações sociais são também um sistema de interpretação, que rege a nossa relação com o mundo e os outros, que orienta e organiza as condutas e possibilita a comunicação social. Moscovici considera-as prescritivas, ou seja, impõem-se sobre nós com uma força irresistível, força essa que resulta de uma estrutura mental preexistente.

Sintetizando este raciocínio, pode dizer-se que as Representações Sociais são uma

forma de apreensão e descodificação do mundo e, depois de constituídas, integram-se no sistema de valores, atitudes, ideias, normas, preconceitos e estereótipos com os quais nós categorizamos e interpretamos o mundo, processo este assente numa estrutura mental preexistente que possibilita a comunicação com os membros da nossa comunidade. Ou seja, as representações sociais são, em fases diferentes da sua existência, um processo e um produto; são ao mesmo tempo geradas e adquiridas (Moscovici: 1994) no decurso de um processo constante de trocas e de interacções sociais.

Deste ponto de vista pode afirmar-se que o ser humano constitui e utiliza representações sociais como fenómeno cognitivo e como sistema de interpretação em todas as circunstâncias, incluindo nos momentos em que se relaciona com o património cultural e em espaço museológico. São as representações sociais de cada indivíduo (partilhadas com o grupo, mas relacionadas com a esfera específica em que são originadas) que lhe permitem

interpretar o discurso museológico e decodificar e apropriar-se do património cultural musealizado, integrando-o no seu quadro de pensamento ou estrutura mental preexistente.

Este ponto é de extrema importância na teorização de Moscovici, que considera necessário um referencial de pensamento preexistente para que as representações surjam, apesar de lhes reconhecer um carácter dinâmico e considerar que reflectem a diversidade dos grupos sociais que as produzem:

“Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória colectiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflecte um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente”. (2004:37).

Considera Moscovici que existe uma predominância do passado sobre o presente e da imagem sobre a realidade, por forma a que todo o objecto novo e desconhecido se torne familiar. Sempre que um indivíduo se depara com algo novo e desconhecido é accionado um mecanismo de familiarização baseado nos quadros de pensamento preexistentes, que aponta para o enraizamento das novas representações sociais em quadros mentais e de conhecimento prévios, que actuam ao nível subliminar e muitas vezes inconsciente. Este facto tem como consequência que as representações sociais de grupos cultural e socialmente distintos sejam elas também diferentes.

A definição de Moscovici chama ainda a atenção para o aspecto da comunicação entre os indivíduos, porque segundo ele (2004:40) “Todas as interacções humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações”, significando com isso que as representações sociais têm como

finalidade primeira e fundamental tornar a comunicação não-problemática e reduzir o <vago> (Moscovici: 1994:208) através de um certo grau de consenso entre os seus membros.

O papel da comunicação na emergência, no processo de formação, nas dimensões das representações e nas suas consequências é para Moscovici um dado fundamental na Teoria. As representações sociais identificam-se nos diversos fenómenos sociais como as conversações (Moscovici: 2008), identificam-se nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação social, nos movimentos sociais, nos actos de resistência e em todos os lugares sociais (Guareschi e Jovchelovitch: 2008) entre os quais podem incluir-se os museus.

De acordo com a definição de Jodelet, as representações sociais, como conhecimento socialmente elaborado e partilhado, têm como intervenientes na sua construção um sujeito, um objecto e um contexto, e evidenciam um carácter prático. Como forma de conhecimento, as representações exprimem os grupos e indivíduos que as forjam e dão do objecto que representam uma definição específica, ou seja, constituem uma visão consensual da realidade dentro daquele grupo.

É também Jodelet quem explica como se formam as representações sociais: perante um novo acontecimento em contexto social⁷ surgem diversas reacções que podem ser de expectativa, de medo, de euforia, de aplauso. Esse acontecimento mobiliza uma actividade cognitiva para o compreender, dominar e defender-se dele (representações como fenómeno cognitivo). Nesta fase a falta de informação favorece a emergência de representações que circulam de boca em boca e através dos media. Elaboradas com os meios e as informações disponíveis, estas representações inscrevem-se em quadros de pensamento preexistentes - indo aqui ao encontro das afirmações de

⁷ A autora dá como exemplo o surgimento da SIDA

Moscovici - que permitem a sua interpretação (moral, religiosa, médica, etc.). Por vezes aparecem novos vocábulos que permitem descrever a representação e, finalmente, as representações formam sistemas e dão lugar a teorias espontâneas, versões da realidade, que incarnam imagens ou que condensam palavras, umas e outras carregadas de significados. Ao surgir uma nova representação ela torna-se conhecimento partilhado por um grupo social (representação como sistema de interpretação) e torna-se numa estrutura que conseguiu uma estabilidade, através da transformação numa estrutura anterior. (Duveen: 2004).

Neste processo social de produção do conhecimento, a formação da representação apresenta uma sequência dos dois mecanismos já mencionados que foram desenvolvidos teoricamente por Moscovici (2004); o primeiro, a ancoragem, através da qual se tenta colocar num contexto familiar ideias estranhas e reduzi-las a categorias e imagens comuns, ou seja, tornar familiar objectos desconhecidos; o segundo, a objectivação, através da qual se transforma algo abstracto em algo quase concreto, algo que está na mente em algo que existe no mundo físico. Na objectivação, os indivíduos ou os grupos acoplam imagens reais, concretas e compreensíveis, retiradas do quotidiano, aos novos esquemas conceptuais. É por isso que Moscovici afirma que toda a representação = imagem/significação, ou “em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem”. (2004:46).

Reaproximemo-nos de novo do ponto da teorização de Jodelet, quando afirma que em todas as representações sociais se estabelecem relações entre um sujeito, um objecto e um contexto. O objectivo das representações sociais é que o sujeito abstraia sentido do mundo e introduza nele ordem e percepção. Mas como estruturas dinâmicas (Moscovici: 2004) transportam sempre a marca do sujeito/grupo social que as produz operando num conjunto de relações e de comportamentos que surgem e

desaparecem junto com as representações. Sendo um modo de conhecimento sociocêntrico, as representações sociais derivam das necessidades e dos desejos do grupo que as constitui. Existe por isso um desfasamento entre o novo objecto e a sua representação (enquanto objecto do conhecimento em construção). Perceber esse desfasamento é perceber a marca do grupo ou cultura impressa na representação social e explica porque, perante um mesmo objecto, surgem representações distintas consoante o grupo ou a cultura responsável pela construção desse saber social.

O papel activo do sujeito é a característica mais importante da definição de Jodelet, ideia partilhada com Moscovici ao afirmar:

“O que estamos sugerindo, pois, é que pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, etc. as pessoas analisam, comentam, formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam seus filhos, como planejam seu futuro, etc. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias, apenas lhes fornecem o “alimento” para o pensamento.” (1994: 45).

Este papel activo do sujeito é de extrema relevância, não só porque distingue as representações sociais das representações colectivas de Durkheim, mas também para a aplicação da Teoria das Representações Sociais à sociomuseologia. Também nesta, o sujeito, um dos vértices definidores do ternário matricial da museologia, tem um papel essencial. Por um lado, o sujeito está

representado nos museus através do património ali preservado e por outro, quer como visitante, quer como utilizador, beneficiário ou cliente do museu joga um papel de apropriação desse património recontextualizado e interpretado no espaço museal. Se numa representação social estão sempre presentes um sujeito e um objecto, o mesmo é verdade no contexto museal.⁸

Esta dinâmica entre o sujeito e o objecto, verificada na museologia, relaciona-se com a característica que Jodelet destaca nas representações sociais, entendidas como uma modalidade de conhecimento, dotadas de um carácter prático, dado estarem orientadas para a comunicação e a compreensão das várias dimensões da vida social e do mundo, tendo as representações uma função e um papel a desempenhar nas interacções sociais, inclusive as que ocorrem em espaços museais.

Este percurso aproxima-nos de Ângela Arruda (2002) para quem as representações sociais surgem no universo do conhecimento consensual e são uma produção simbólica do sujeito inscrito na sociedade. O conhecimento consensual, segundo esta autora, diz respeito à modalidade do conhecimento do senso comum, por oposição ao conhecimento científico, indo ao encontro de Moscovici que distingue também duas formas diferentes de conhecer e de se comunicar: a consensual e a científica. Não existindo hierarquias entre ambas, distinguem-se por terem propósitos diferentes: o universo consensual é o que se constitui na conversação informal, na vida quotidiana, enquanto o conhecimento científico pertence a um universo reificado e a uma sociedade de especialistas. As representações sociais constroem-se com mais frequência no universo consensual ou do senso comum, apesar das duas formas de conhecimento não serem estanques. Esta questão torna-se relevante no contexto das exposições

⁸ Objecto entendido aqui como "objecto museológico" que ultrapassa o carácter material dos mesmos.

museológicas onde está presente a transmissão de conhecimento científico a públicos que, na sua grande maioria, são portadores e transmissores do conhecimento ao nível do senso comum.

Importa ainda referir que a representação social resultante do conhecimento do senso comum não é uma cópia nem um reflexo da realidade, “é uma tradução, uma versão desta” (Arruda: 2002:134), o que remete de novo para o universo do simbólico, questão que será retomada adiante.

3. Os Museus como lugares de Representação

Neste momento do artigo voltamos ao ponto de partida da nossa reflexão: os museus entendidos como lugares de representação.

Ao trabalhar com uma definição de Museologia que a compreende como o estudo da relação entre o sujeito/comunidade com os bens culturais/património, que ocorre num espaço/cenário, trabalha-se com o conceito de Museus entendidos como espaços de relação do indivíduo e da sociedade com o património e onde são comunicadas informações e dadas utilizações colectivas a esse património.

Alguns pontos de contacto podem ser estabelecidos entre os processos museológicos⁹ e as representações sociais tal como as apresentámos atrás:

1 - Os museus estabelecem sistemas de categorização de parcelas da realidade (os bens culturais/objectos) contribuindo para a apreensão do mundo e da realidade, (como construtores de

⁹ No sentido mais lato entendemos por Processo Museológico o conjunto de procedimentos e factores que possibilitam que parcelas do património se transformem em herança cultural, na medida em que sobre elas recaem as acções museológicas de pesquisa, preservação e comunicação. Neste artigo restringimos o âmbito do conceito aos Museus.

saberes) e estabelecem uma ordem que permite às pessoas orientar-se e relacionar-se com o património cultural preservado;

2 - Os museus são um espaço de comunicação e interpretação materializada na sua forma mais evidente, nas exposições museológicas;

3 - Os museus como espaço de representação trabalham com modos de fixação simbólica da realidade e não com a realidade em si;

4 - Os museus definidos como espaços de relação entre o sujeito com o património cultural, atribuem ao sujeito um papel determinante.

Ao desenvolver estes pontos de contacto verifica-se que o património preservado e exposto em museus é apenas uma parcela de um mundo maior de objectos e de ideias, que não cabem nos museus. Estes recebem apenas fragmentos da realidade, aquelas parcelas às quais foi atribuído um valor relevante para a comunidade e para a identidade colectiva, que reflectem a memória social. Esse património cultural preservado é organizado em muitos museus¹⁰ - aqueles vocacionados para o trabalho com os objectos culturais - em categorias técnicas - a arte, a arqueologia, a etnografia - correspondendo à definição de uma ordem, uma classificação intencional do mundo material e do universo simbólico. Ao seleccionar e categorizar bens patrimoniais, os museus estão a justificar acções de legitimação dessa escolha que fundamentam o discurso apresentado ao público.

¹⁰ Apesar de nem todos os museus categorizarem os bens patrimoniais desta forma estanque e rígida, pois optam por trabalhar com conceitos, ideias e problemas, torna-se importante para a continuação da investigação sobre a imagem da Mulher em exposições dos museus portugueses, considerar esta vertente de trabalho, dado que a grande maioria das exposições a analisar centram-se no objecto material exposto

A forma como o património é apresentado nos museus, mesmo nas exposições que se pretendem mais realistas e de reconstituição de ambientes ou de factos, aquilo que é apresentado não é o real mas uma interpretação do real, uma leitura da realidade. Esse facto acentua-se ainda mais quando se trata de realidades temporal e geograficamente distantes, como é o caso das sociedades pré-históricas, só para darmos o exemplo mais óbvio. Como afirma Henry-Pierre Jeudy a identidade tratada como um objecto cultural e passível de musealização, apenas traduz a representação do identitário e nunca a expressão do vivido, do real:

“Pour que les restes identitaires apparaissent et qu’ils soient susceptibles d’êtres remis en scène, il faut que le meurtre d’une culture ait eu lieu... la muséalisation des cultures populaires pourra toujours rétablir jusque dans les détails le langage du corps et les échanges, elle ne fera que parfaire un système de représentation symbolique dépourvu à jamais de son origine et de son vécu.”¹¹ (1992:111-112).

Seguindo o raciocínio de Jeudy, os museus criam - e podemos mesmo colocar a questão se não serão eles próprios - sistemas de representação simbólicos das culturas que musealizam a partir dos vestígios identitários preservados nas colecções. O património nos museus aparece como representação e não como prática e vivência real quotidiana e os processos museológicos são modos de fixação ou recriação simbólica da realidade e não o seu espelho, realidade que aparece organizada em sistemas de categorias. É neste contexto que se pode entender os museus

¹¹ Tradução livre: Para que os restos identitários apareçam e que sejam susceptíveis de ser colocados em cena, é preciso que a morte duma cultura tenha acontecido... a musealização das culturas populares poderá sempre restabelecer até ao detalhe a linguagem do corpo e as trocas, ela não fará mais do que construir um sistema de representação simbólica desprovido para sempre da sua origem e da sua vivência.

como espaço de representação.

Importa ainda referir que o património musealizado resulta de representações sociais comuns a determinada comunidade que atribui valor àquele grupo de bens. Ou seja, o processo de selecção patrimonial está sujeito ao mesmo tipo de apreensão, descodificação e categorização a que toda a realidade está sujeita, o que explica a razão de em determinadas épocas se valorizar determinado recorte patrimonial e noutras épocas valorizar um recorte diferente.

Interessará à Museologia investigar se este processo de selecção do acervo patrimonial se inscreve no âmbito do conhecimento científico ou resulta do conhecimento do senso comum, ou se resultará de um processo misto em que ambas formas de conhecimento estão presentes. Por outro lado, a museologia aplicada, no tocante à função de inventariação, é em si mesma um sistema de categorização, o mesmo se podendo dizer de um grande número de exposições organizadas por tipologias de objectos.

Tal como Sperber (1994) estabelece para as representações sociais, numa exposição museológica podem ser identificados vários intervenientes: um conteúdo, o utilizador (aqui entendido como o público), o produtor do conteúdo (o comissário ou a equipa que concebeu a exposição) e a própria representação (se voltarmos ao tema da presente investigação, dir-se-á que a representação é a Mulher entendida como elaboração social partilhada), situando-se ao nível comunicacional tanto da museologia como das representações sociais.

Considerar os museus como espaços de comunicação e interpretação, não é novidade. Estando a comunicação na base de todas as interações humanas, está também presente nos museus, sendo estes um meio emissor através da utilização de signos (os objectos). Por outro lado, o museu apresenta

conteúdos organizados em mensagens e utiliza-os para comunicar algo, relacionando signos com objectos. É o receptor ou visitante quem dá sentido ao objecto, interpretando-o e descodificando-o e aplicando-o a uma situação determinada. Isto reforça a ênfase no papel activo do sujeito em contexto museológico, dado que uma exposição só cumpre o seu significado em presença do visitante que lhe atribui um sentido (Hernandez: 1998).

Aceitando que as representações sociais estão presentes em todas as interações humanas, que são essenciais à comunicação e que constituem uma forma de construção social do conhecimento e da realidade, sendo elas próprias um produto social e cultural, ter-se-á de aceitar que elas também estão presentes nos museus e que são um objecto de estudo que interessa à Museologia. Numa exposição museológica interagem os indivíduos e a sociedade para construir uma interpretação da realidade: quem olha descodifica as imagens através das representações mentais e sociais que traz consigo e que partilha em comum com grandes parcelas da comunidade ou grupo social. Por outro lado, se as representações sociais se formam na rua, nas conversas, na exposição aos meios de comunicação, mas também quando alguém se coloca perante a herança histórico-cultural (Guareschi e Jovchelovitch:2008), o espaço dos museus impõe-se como lugar possível para a formação de novas representações sociais.

A comunicação não tem um percurso unidireccional: ela faz-se sempre entre quem comunica e quem recebe a comunicação, mesmo nos casos em que o receptor não pode interagir com o emissor (televisão, cinema). Assumindo tal como Moscovici e Jodelet, que o sujeito/receptor tem sempre um papel activo no processo de comunicação - mesmo que se resuma à transmissão a terceiros daquilo que ouviu, viu ou leu num contexto de interacção social - deixará a sua marca, a sua interpretação.

Assim, cada indivíduo representa um papel na elaboração, transformação e comunicação das representações sociais, que decorre das suas próprias categorias cognitivas, do meio cultural e das experiências pessoais. (Mannoni: 2008: 71).

Também num espaço museológico, apesar da comunicação se fazer na maioria das vezes do museu para o visitante/utilizador, este não é um receptor passivo. Ao entrar no espaço museológico o sujeito carrega consigo as suas representações sociais - visões do mundo, crenças, mitos, religiões, normas, valores e estereótipos - que coloca em acção perante uma exposição museológica e o património ali preservado, interpretando-os à sua maneira. Ou, como diz a Teoria das Representações Sociais, tornando o desconhecido, conhecido, igualando uma imagem a uma ideia e uma ideia a uma imagem.

Nesta fase impõe-se testar teoricamente, ainda que num plano preliminar e prévio a uma investigação de fundo, a utilização da Teoria das Representações Sociais como ferramenta de análise no âmbito museológico. Num museu, um objecto museológico (tome-se como exemplo um retrato a óleo de uma mulher) corresponde a diversas representações sociais em simultâneo: por um lado a representação do objecto “quadro” corresponde a uma representação para o utilizador/observador. O sujeito descodifica aquele objecto como sendo um quadro, não o confundindo com uma fotografia ou uma escultura porque tem uma representação mental do objecto “quadro”. Por outro lado, aquilo que está pintado no quadro - no nosso exemplo um retrato de uma mulher - é uma representação de alguém que não está presente, podendo ser real ou imaginária. Neste último caso também se pode considerar que a mulher retratada é produto da mente do pintor e já ela própria uma representação de um sujeito e não uma entidade concreta, o que remete para o universo da representação simbólica. Finalmente, ao utilizar os objectos da colecção para construir uma exposição que tem subjacente um discurso, uma mensagem,

esses objectos passam a ser representações desse discurso que poderia ser “escrito” ou transmitido de uma infinidade de maneiras através do processo de comunicação. Correspondendo a representações sociais, os objectos museológicos são utilizados para mostrar ou falar de algo que não está presente: uma dada cultura, um facto histórico ou uma ideia (representação de um contexto).

Qualquer que seja o ponto de observação, decodificação e interpretação do sujeito que visita uma exposição museológica - o objecto pelo objecto, aquilo que está representado no objecto, aquilo que se pretende que o objecto transmita em contexto expositivo, ou ainda aquilo que o sujeito/visitante entende do discurso expositivo, mesmo que seja diferente da intenção do produtor - está-se perante representações tal como as define a psicologia social.

Importa ainda referir como Mannoni (2008) que as representações sociais podem ser analógicas ou analíticas; as primeiras (analógicas) caracterizam-se por reproduzir a imagem ponto por ponto do objecto representado (exemplo: fotografias), ou seja, uma cópia do objecto. Nas segundas (analíticas) a relação com o representado repousa sobre uma convenção arbitrária onde o simbolismo tem um papel muito importante. Estas representações utilizam ícones (imagens, palavras) que condicionam o discurso social e estão enraizadas num nível subliminar. Esta distinção entre as representações sociais aplica-se ao processo comunicacional em contexto museológico. Numa exposição museológica pode valorizar-se o objecto museológico através do seu significado denotativo ou objectivo - em que o objecto é associado ao seu significado directo (uma representação analógica) - ou através do significado conotativo ou subjectivo - em que o objecto é associado a uma relação contextual, ao significado funcional, às mensagens ocultas que subjazem a uma imagem ou objecto (uma representação analítica). (Hernandez: 1998).

Será este segundo sentido que se aplicará à análise das imagens da mulher em museus contemporâneos, considerando que os estereótipos, a categorização social das mulheres e as atitudes sociais relativamente a elas, são na maioria das vezes mensagens ocultas e subliminares, sempre presentes e actuaes, mas das quais não temos consciência plena.

4. As representações sociais da mulher em contexto museológico

Demonstrados os pontos de contacto entre a Museologia e a Teoria das Representações Sociais importa reflectir como pode esta servir de ferramenta para o estudo das imagens da Mulher em exposições museológicas e possibilitar a construção de uma grelha de análise válida para aplicação em contexto museológico na contemporaneidade.

Entre a Museologia e a Teoria das Representações Sociais foram considerados diversos pontos de contacto relacionados com os sistemas cognitivos e de apreensão da realidade, com os fenómenos de comunicação e de interpretação, com o papel activo do sujeito em interacção com o grupo e os objectos, e com o nível da representação simbólica. O ser humano não assimila e descodifica a realidade na sua totalidade mas numa forma simplificada e organizada em categorias, resultantes da selecção e organização da informação. O processo de categorização social consiste em caracterizar os indivíduos de acordo com uma categoria à qual corresponde um conjunto de normas de comportamento, valores, símbolos, que conferem o sentimento de pertença ou de exclusão. Assim, à categoria socialmente construída de “mulher” corresponde um conjunto de normas, atitudes, papéis sociais, valores, que constituem a representação social.

Aceitando que a representação social é uma espécie de pensamento social que traduz o conjunto dos conhecimentos, crenças e opiniões partilhadas por um grupo sobre determinado objecto, será legítimo considerar que uma exposição museológica transmite a representação social dominante sobre as mulheres. Se por outro lado se considerarem as exposições como locais de provocação e de crítica, também será legítimo admitir que uma exposição poderá utilizar o conjunto dos bens patrimoniais para mostrar uma imagem da mulher que fuja aos estereótipos mais comuns e desfavoráveis e dessa forma promover a igualdade de género e consequentemente a inclusão social.

Partindo da ideia de Moscovici de que é necessária a existência de um referencial de pensamento preexistente para que as representações apareçam, e considerando também que os museus trabalham com a memória, admite-se que a forma como se entendem as mulheres no século XXI, assenta num pensamento preexistente sobre a Mulher. Qual é essa concepção de Mulher preexistente na nossa sociedade onde se inscrevem as leituras actuais que fazemos das mulheres expostas em exposições museológicas? Ou perguntando de outra forma, quais são as representações sociais da mulher?

A Mulher na contemporaneidade é efinida por um conjunto de preconceitos, estereótipos, categorias, atitudes, normas, comportamentos, papéis sociais, imagens colectivas relacionadas com o corpo, crenças, superstições, mitos, etc. a maioria veiculada através dos meios de comunicação audiovisuais, cinema, revistas da especialidade. Relativamente aos papéis e categorias sociais, a ideia da mulher actual começou a ser formada nos fins do século XVIII e durante o XIX. É neste século que as descobertas da biologia e uma crescente preocupação com a demografia e a continuidade da espécie humana lança a questão da reprodução e da fertilidade feminina para o centro das atenções políticas.

O sexo e a sexualidade femininas começam a ser abordados pela medicina, psiquiatria, justiça penal, pedagogia, moral e psicologia, mas todos os discursos argumentam pela natural ujeição da mulher ao homem, por estar mais próxima da natureza, por ser mais vulnerável às emoções e às fraquezas. A este pensamento associa-se uma intenção política e moral de manutenção da ordem social vigente que corresponde à sociedade burguesa oitocentista. Dá-se um “processo - até hoje -, de domesticização da vida social, de normalização dos espaços e dos comportamentos e de moralização da população” (Almeida, 2000:85) que remete a mulher para a esfera do domínio privado, para o espaço doméstico do lar, para o âmbito da família.

Com o discurso centrado na criança, a mulher vê reforçado o seu papel de mãe e torna-se responsável pela saúde e pelo crescimento saudável dos mais jovens, devendo saber cuidar. Associa-se desta forma a mulher ao afecto e à função do cuidado. Esta atribuição social torna a mulher administradora e executora das funções domésticas e ao papel de mulher-mãe associa-se o de mulher-dona-de-casa. A domesticidade restringe a mulher ao espaço privado da casa e o lar é assumido como o seu destino natural. Responsável pelo núcleo familiar e pela formação dos futuros cidadãos a mulher assume uma terceira vertente da função social, prolongamento das anteriores, a de mulher-educadora. Da necessidade de assegurar uma maior competência no exercício da função educadora começa a defender-se uma educação feminina orientada para as competências que lhe são atribuídas socialmente: mãe, dona-de-casa e educadora, ou a mulher-orquestra como lhe chama Anne Marie Sohn (citada em Pinho, Marques e Guimarães, 2004:100).

Mais recentemente, já durante o século XX, testemunhamos o impacto dos media na formação da imagem do corpo da mulher sem que se assista por seu turno a uma alteração significativa das categorias sociais predominantes que lhe são atribuídas: a mulher

continua a ser mulher-esposa, mulher-mãe e mulher-dona-de-casa, a que se somou por motivos de necessidade económica a de mulher-trabalhadora. Nunca como agora a mulher foi tanto “mulher-orquestra”. Este conceito de mulher condicionada por estruturas e ideologias religiosas, económicas, sociais e culturais, constitui o referencial de pensamento preexistente de que fala Moscovici onde assentam as representações sociais da Mulher na contemporaneidade.

Utilizar a Teoria das Representações Sociais como ferramenta de análise de uma exposição museológica permite-nos elaborar uma grelha construída a partir das ideias preexistentes de mulher, recorrendo por exemplo às categorias sociais, aos papéis sociais e aos estereótipos atribuídos às mulheres na contemporaneidade, porque, como vimos, será através desta estrutura mental preexistente que o sujeito irá descodificar as imagens que lhe são apresentadas pelas exposições museológicas.

Assim, os estereótipos femininos dominantes na definição da imagem social da mulher actual, tais como afectuosa, bonita, carinhosa, dependente, elegante, emotiva, feminina, frágil, maternal, meiga, romântica, sensível, sentimental, sensível, sedutora, reflectem o ponto de vista prevalecente do grupo/sociedade. De igual forma as categorias sociais aplicadas à mulher, como a de mulher-mãe, mulher-esposa, mulher-dona-de-casa e de mulher trabalhadora, mantêm-se como categorias dominantes, coexistindo simultaneamente na sociedade ocidental actual.

É também importante referir que a mulher, como representação em contexto museológico, apresentada através de imagens, textos, objectos do universo feminino, vestígios materiais, memórias fragmentadas, é quase exclusivamente representada pelos homens. Como objecto museológico, a mulher convencionalizada da sociedade ocidental aparece principalmente

como mulher simbólica (associada ao cristianismo - as santas -, e ao poder - as rainhas), como mulher despersonalizada (incógnita) e como mulher ausente (sabemos que esteve presente no processo mas desconhecemos como e quem).

A Teoria das Representações Sociais, como ferramenta de análise, permite utilizar o critério da representação da mulher, que irá prevalecer sobre o critério estético da obra ou do suporte em que essa imagem é apresentada ou inclusive da técnica. Com esta metodologia, as imagens da mulher podem ser observadas e interpretadas sob a óptica da análise da utilização social que é feita dessas imagens, num espaço de socialização, fruição, educação e de comunicação que é o Museu, tentando perceber que categorias de mulher estão presentes nas exposições e que características da mulher são transmitidas em termos de conteúdos expositivos ao público.

Aceitando uma definição de museologia social, de forte intervenção na comunidade e capaz de gerar a mudança e provocar o desenvolvimento, é de admitir que uma imagem/mensagem transmitida numa exposição museológica, entendida esta enquanto processo comunicacional e de interpretação, terá impacto suficiente para moldar opiniões e constituir-se em conhecimento do senso comum, ou seja, em representação social.

Para isso a museologia terá de romper, ao nível museográfico e de comunicação, com a organização das exposições por tipologias, ou por épocas ou estilos de peças; terá de elaborar exposições como locais de produção de significados e diálogos que se estabelecem entre os produtores (museólogos) e os sujeitos (observador), num processo de interpretação e reinterpretação contínuos; terá de organizar as peças expostas fora das categorias de classificação patrimoniais clássicas, para que os objectos e os textos e todos os componentes de um dado discurso expográfico possam revelar mais do que os princípios

abstractos de forma, de estilo ou o individualismo do criador e possibilitar uma abordagem sob a óptica de Género.

Ao analisar uma exposição museológica entendida como forma de comunicação, considera-se que toda a exposição pretende difundir conhecimentos, na maior parte dos casos resultantes de investigação científica específica, dirigidos ao maior número possível de visitantes e atendendo ao seu grau de diversificação, quer cultural, quer social, quer etária. Mas alguns investigadores afirmam que a difusão ou a vulgarização científica não contribui para uma efectiva partilha do conhecimento (Schiele e Boucher: 1994).

Uma exposição museológica pode ser interpretada em dois planos: o plano comunicacional e o plano representacional. O primeiro manifesta-se pelas interacções estabelecidas entre a mensagem e o receptor; o segundo pela reconstrução/ interpretação da realidade a partir dos conteúdos expostos, para a qual contribuem os processos de formação e divulgação das representações sociais: a ancoragem e a objectivação, através das quais o receptor faz coincidir os conhecimentos científicos da exposição ao seu meio quotidiano e à sua estrutura mental e de conhecimento preexistentes.

Isto vem ao encontro das afirmações de Schiele e Boucher (1994: 409) que consideram que uma exposição estabelece uma relação de negociação e de troca entre o conjunto de informações que oferece ao sujeito e o quadro de acolhimento que constituem as representações deste último. Os mesmos autores são de opinião que uma exposição indica sempre como olhar (1994:423) e dificilmente cria condições para uma relação de apropriação dos conhecimentos por parte dos sujeitos. Ela contribui mais para uma reorganização das representações do que para uma real transformação do processo cognitivo.

Afastamo-nos das afirmações de Schiele e Boucher, porque

se é verdade que, como afirma Moscovici, a representação iguala toda a imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem¹², também afirma que o papel do sujeito é activo e que as próprias representações sociais são estruturas activas e não imutáveis, existindo uma interacção entre o sujeito e as representações sociais, que possibilita tanto a resistência como a mudança. (Bauer; 2008). Se uma exposição contribui para uma reorganização das representações, já deixa aos museus e à museologia uma possibilidade para influenciar as representações dos sujeitos.

Considerações finais

Estudar a imagem da mulher em museus relaciona-se com a temática e a problemática mais vasta da relação entre o Género e a Museologia, resultante da importância que na contemporaneidade se está a atribuir à igualdade de género, à inclusão social em museus e à vivência plena da cidadania.

A desigualdade de género resulta dos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres e à diferente escala de valorização social desses papéis, sendo o papel social da Mulher constituído por um feixe entrecruzado de representações sociais: a representação da diferença, a distinção masculino/feminino, a relação superioridade/inferioridade, força/ fraqueza, as relações de poder/submissão, etc.

Numa tentativa de esclarecer se os museus estão a contribuir ou não para a igualdade de género, parte-se da hipótese que as representações sociais da mulher resultam de uma construção social do presente e são constituídas por ideias feitas,

¹² Infere-se daqui que, uma imagem de mulher em contexto museológico, interpretada à luz de uma representação social, faz corresponder essa imagem a uma ideia preexistente de mulher e que, em sentido inverso, toda a ideia de mulher encontra um equivalente numa imagem exposta

estereótipos, normas de comportamento, expectativas e papéis socialmente atribuídos.

Foram propostos ao longo deste artigo vários pontos de contacto entre a Teoria das Representações Sociais e a Museologia. Ao definir o que são representações sociais percebe-se que elas estão presentes nas nossas vidas, no nosso entorno e que são essenciais para a formação do conhecimento e no processo de comunicação entre os indivíduos.

Resultando os museus de uma construção social que envolve acções de apreensão e categorização do mundo, que remetem para a comunicação e para a representação simbólica do real, é de admitir que as representações sociais estão presentes no universo dos museus nos mais diversos níveis, desde a selecção patrimonial, à categorização do património, à concepção de um discurso expositivo, à construção de conhecimento e à comunicação. Indo ainda mais longe, pode-se afirmar que o museu é um dos locais privilegiados para as representações sociais se manifestarem e também que os museus podem desempenhar um papel na formação de novas representações, sendo esta uma área a necessitar de investigação experimental.

Relativamente à análise das imagens da Mulher em exposições museológicas, conforme o propósito inicial, a utilização de uma grelha de categorias sociais atribuídas à mulher e de uma grelha de estereótipos mais utilizados para qualificar as mulheres, permitirá confirmar se o visitante/utilizador de uma exposição, ao olhar para uma imagem de mulher, a descodifica com essa grelha mental preexistente comum ao grupo e se uma exposição tem poder suficiente para alterar representações do indivíduo.

Ficam demonstradas neste artigo duas interações entre a Museologia e a Teoria das Representações Sociais, ao aplicar esta última como ferramenta de análise de exposições em contexto museológico:

- a confirmação de que o sujeito escodifica aquilo que vê utilizando as representações mentais e sociais que já possui;

- ao tomar consciência deste facto, o museu pode utilizar o conteúdos das exposições para constituir novas representações sociais, ou influenciar o sujeito a reorganizar as representações sociais com que previamente entrou no museu.

Aceitar estas possibilidades permitirá trabalhar a questão do género nos conteúdos das exposições apresentadas em museus na contemporaneidade e contribuir para a Igualdade de Género numa dinâmica interventora dos museus na sociedade.

Referências Bibliográficas

AAVV. (Sem data). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora. Abric, Jean-Claude; (1994). L'études des représentations sociales. In: Jodelet, Denise. (Dir.). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.

Almeida, Miguel Vale de; (2000). *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. (2.ª Ed.). Lisboa: Fim de Século Antropológica.

Ariès, Philippe (1990). A História das Mentalidades. In: *A Nova História*. Coimbra: Edições Almedina.

Arruda, Ângela. (2002). Teoria das Representações Sociais e Teorias de Género. In: *Cadernos de Pesquisa*, n.º 117, p. 127-147. Acedido em 13 de Junho de 2008 em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>

- Bauer, Martin; Gaskell, George; (1999). Towards a paradigm for research on social representations. In: *Journal for the Theory of Social Behaviour*. 29:2, p.163-186. Oxford: Blackwell Publishers.
- Bauer, Martin. (2008). A popularização da ciência como “imunização social”: a função de resistência das representações sociais. In: Guareschi, Pedrinho; Jovchelovitch; (2008). (org). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Doise, William. (1994). Attitudes et représentations sociales. Jodelet, Denise. (Dir.) *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Jedy, Henry-Pierre. (1992). Mémoires du social. Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, Denise. (Dir.). (1994) *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Laplantine, François; (1994). Anthropologie des systèmes de représentations de la maladie: de quelques recherches menées dans la France contemporaine réexaminées à la lumière d'une expérience brésilienne. In: Jodelet, Denise. (Dir.) *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Mannoni; Pierre. (2008). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, Serge. (2004). *Representações sociais. Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Schiele, Bernard; Boucher, Louise. (1994). L' exposition scientifique: une manière de représenter la science. In: Jodelet, Denise. (Dir.) *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.

Sperber, Dan. (1994). L'étude anthropologique des représentations: problèmes et perspectives. In: Jodelet, Denise. (Dir.) *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.

